

INTERNACIONALIZAÇÃO E COOPETIÇÃO: POLÍTICAS EUROPEIAS DE ENSINO SUPERIOR E ALIANÇAS UNIVERSITÁRIAS

Amélia Veiga

Universidade do Porto, Portugal
aveiga@fpce.up.pt

Laleh Esteki

Universidade do Porto, Portugal
laleh.esteki@fpce.up.pt

1

Resumo

A Iniciativa European Universities Initiative (IUE) conflui para a constituição das Alianças Europeias de Universidades (AEU) e representa um modelo transformador da internacionalização do ensino superior, que visa à institucionalização da cooperação interuniversitária. O conceito central da IUE é a cooperação transnacional, assumida pelo nível europeu como o mecanismo que permite às instituições de ensino superior europeias posicionarem-se de forma mais eficaz e coesa a nível global. Este posicionamento espera-se que garanta a atratividade, a relevância e a liderança do Espaço Europeu de Educação e Investigação. Esta abordagem europeia reconhece a intensa competição no ensino superior mundial e utiliza a cooperação entre instituições europeias como um meio para fortalecer coletivamente a sua posição e atratividade global. Com base numa revisão narrativa da literatura, os resultados evidenciam que a ênfase na competição tem consequências multifacetadas, que podem ser positivas ou negativas, sendo que as negativas podem ter um impacto mais forte nas instituições, académicos e estudantes. Por outro lado, as consequências positivas podem estar relacionadas com a melhoria da qualidade da educação e da investigação, enquanto as implicações negativas, focadas na competição, podem, por exemplo, desviar as prioridades dos valores de

cooperação no ensino, na investigação e no envolvimento com a sociedade. Nesta perspectiva, este trabalho contribui para o debate sobre os desafios que a tensão entre a cooperação e a competição coloca ao desenvolvimento das políticas europeias de internacionalização do ensino superior na Europa e no mundo, trazendo para o centro do debate o conceito de coopetição.

Palavras-chave: Alianças Europeias de Universidades; Políticas de Ensino Superior; Internacionalização da Educação e Investigação; Cooperação; Competição.

Internationalisation and coopetition: european Higher Education policies and university alliances

Abstract: The European Universities Initiative (EUI) converges towards the establishment of the European University Alliances (EUA) and represents a transformative model for the internationalisation of higher education, aiming to institutionalise inter-university cooperation. The core concept of the EUI is transnational cooperation, adopted at the European level as the mechanism that enables European higher education institutions to position themselves more effectively and cohesively on the global stage. This positioning is expected to ensure the attractiveness, relevance, and leadership of the European Education and Research Area. This European approach acknowledges the intense competition in global higher education and uses cooperation among European institutions as a means to collectively strengthen their global position and attractiveness. Based on a narrative literature review, the results of this article highlight that the emphasis on competition generates multifaceted consequences, which can be both positive and negative, with the negative ones potentially having a stronger impact on institutions, academics, and students. On the other hand, the positive consequences may be related to the improvement of the quality of education and research, while the negative implications, focused on competition, may, for instance, divert priorities away from the values of cooperation in teaching, research, and societal engagement. From this perspective, this work contributes to the debate on the challenges posed by the tension between cooperation and competition to the development of European higher education internationalisation policies in Europe and worldwide, bringing the concept of coopetition to the forefront of the discussion.

Keywords: European University Alliances; Higher Education Policies; Internationalisation of Education and Research.

Internacionalización y coopetición: políticas europeas de Educación Superior y alianzas universitarias

Resumen: La Iniciativa de Universidades Europeas (EUI) converge hacia el establecimiento de las Alianzas de Universidades Europeas (EUA) y representa un modelo transformador para la internacionalización de la educación superior, orientado a institucionalizar la cooperación interuniversitaria. El concepto central de la EUI es la cooperación transnacional, adoptada a nivel europeo como mecanismo que permite a las instituciones de educación superior posicionarse de manera más eficaz y cohesionada en el escenario global, garantizando la atractividad, la relevancia y el liderazgo del Espacio Europeo de Educación e Investigación. Este enfoque reconoce la intensa competencia en la educación superior global y utiliza la cooperación entre instituciones europeas para reforzar colectivamente su posición y atractividad. Basado en una revisión narrativa de la literatura, los resultados de este artículo muestran que el énfasis en la competencia genera consecuencias multifacéticas, tanto positivas como negativas, siendo estas últimas potencialmente más influyentes en instituciones, personal académico y estudiantado. Las consecuencias positivas pueden relacionarse con la mejora de la calidad de la educación y de la investigación, mientras que las implicaciones negativas, centradas en la competencia, pueden desviar las prioridades de los valores de cooperación en la enseñanza, la investigación y el compromiso social. Desde esta perspectiva, este trabajo contribuye al debate sobre los desafíos que plantea la tensión entre cooperación y competencia para el desarrollo de políticas de internacionalización de la educación superior europea, en Europa y a escala mundial, situando el concepto de coopetición en el centro de la discusión.

Palabras clave: Alianzas Europeas de Universidades; Políticas de Educación Superior; Internacionalización de la Educación e Investigación.

INTRODUÇÃO

Em 2017, o presidente Macron apresentou uma Nova Iniciativa para a Europa, que visava constituir as universidades como centros de inovação e excelência pedagógica (Claeys-Kulik, 2019). Com base nesta visão, os líderes da União Europeia lançaram a Iniciativa das Universidades Europeias (IUE) na Cimeira de Gotemburgo, em dezembro de 2017 (Conselho da União Europeia, 2017). Este foi um momento significativo: pela primeira vez, a educação e a formação foram colocadas no centro da agenda política da União Europeia, tal como destacado nas conclusões do Conselho Europeu de 14 de dezembro de 2017 (Conselho da União Europeia, 2017). A educação foi reconhecida como essencial não só para promover sociedades inclusivas e coesas, mas também para manter a competitividade global da Europa.

Estes desenvolvimentos estão intimamente ligados às políticas mais amplas da UE em matéria de ensino superior, nomeadamente à visão de um Espaço Europeu da Educação (EEE). Descrita na comunicação da Comissão Europeia de 2017, estabelecendo um objetivo ambicioso: criar um espaço educativo integrado até 2025, apoiado por uma maior mobilidade, pelo reconhecimento mútuo de qualificações e por oportunidades de aprendizagem digital (Comissão Europeia, 2017a). O Pilar Europeu dos Direitos Sociais, também aprovado na Cimeira de Gotemburgo, reforçou ainda mais o direito a uma educação de qualidade e inclusiva como base para a justiça social e a competitividade económica (Comissão Europeia, 2017b).

Os enquadramentos normativos subsequentes, estabelecidos pela Recomendação do Conselho sobre Valores Comuns e Educação Inclusiva (Conselho da União Europeia, 2018), colocaram uma forte ênfase na igualdade, nas competências cívicas e na participação democrática como pilares da coesão social. Com base nestes princípios, a Estratégia Europeia para as Universidades (Comissão Europeia, 2022b) e a Resolução do Conselho sobre um Quadro Estratégico para a Cooperação Europeia em matéria de Educação e Formação (2021-2030) (Conselho da União Europeia, 2021c) posicionaram as universidades como motores fundamentais da sustentabilidade, da transformação digital e da inovação.

Até meados de 2024, estes enquadramentos normativos pretendem apoiar 60 Alianças envolvendo mais de 500 instituições (Conselho da União Europeia, 2021b; Comissão Europeia, 2022b). Desenvolvimentos políticos complementares, como o Processo de Bolonha e a construção do Espaço Europeu de Educação, continuam a fornecer a base para a mobilidade e a garantia da qualidade da educação. No entanto, o Iniciativas Universitárias Europeias (IUE) procura aprofundar a integração institucional através do desenvolvimento de currículos conjuntos, diplomas europeus e estruturas de governação partilhadas (Comissão Europeia, 2025b).

A IUE é um programa da UE concebido para estabelecer Alianças de longo prazo entre instituições de ensino superior em toda a Europa (Comissão Europeia, 2019). Financiada principalmente pelo programa Erasmus+, a Iniciativa promove a cooperação estratégica para aumentar a competitividade internacional, promovendo simultaneamente os valores e a identidade europeus. Este duplo enfoque reflete uma abordagem coepetitiva, em que se pretende que a coesão cultural e a visibilidade global coexistam (Dagnino, 2009, p. 25). Neste sentido, a IUE reflete uma estratégia de internacionalização das políticas europeias do ensino superior, visando transformar a estrutura do ensino superior e conduzir à criação de as AUE. Estas Alianças, por sua vez, visam aprofundar e sustentar a cooperação entre universidades através da integração de currículos, da promoção de diplomas

conjuntos, do reforço da colaboração em matéria de investigação e da facilitação da mobilidade de estudantes e pessoal. As Alianças pretendem ainda contribuir para o desenvolvimento do Espaço Europeu da Educação, promovendo a inovação, a inclusão e a competitividade através de estruturas de governação partilhadas e estratégias coletivas (Comissão Europeia, 2023; Serviço de Estudos do Parlamento Europeu, 2025).

No entanto, apesar dos seus objetivos ambiciosos, a IUE levanta questões sobre como estas Alianças gerem a interação entre a cooperação, historicamente central na política europeia de ensino superior, e a competição, que se tornou um objetivo proeminente com a introdução da Estratégia de Lisboa em 2000 (Veiga, 2022). Esta estratégia, aprovada pelo Conselho Europeu, visava tornar a Europa "a economia baseada no conhecimento mais competitiva", introduzindo perspetivas orientadas para o mercado na governação do ensino superior — uma abordagem que, embora complementasse os ideais de cooperação do Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES), também gerou tensões entre estas duas lógicas (Conselho Europeu, 2000).

A Estratégia da UE para as Universidades posiciona as AUE como motores fundamentais de uma integração transnacional no contexto europeu, destacando ações que promovem a atribuição do rótulo europeu de licenciatura e a potencial criação de um estatuto jurídico europeu para as Alianças, ambas destinadas a mitigar a fragmentação legal inerente aos sistemas nacionais de ensino superior. Ao nível do financiamento das Alianças, a UE promove sinergias entre o Erasmus+, o Horizonte Europa e os mecanismos nacionais, procurando alcançar uma integração mais estrutural. Nesta senda, a criação de AUE competem pelo reconhecimento, capital simbólico e recursos, enquanto visam alcançar visibilidade e excelência a nível global. A Estratégia da EU apresenta valores fundamentais, como a liberdade académica, a autonomia institucional e os princípios democráticos, ao mesmo tempo que incentiva a diferenciação seletiva e o desempenho das instituições de ensino superior e das AUE (Comissão Europeia, 2022a; Comissão Europeia, 2022b). Com efeito, a Resolução do Conselho sobre o quadro estratégico para a cooperação europeia em matéria de educação e formação (2021-2030) alinha as AUE com os objetivos do EEE, e estabelece cinco prioridades que combinam o acesso inclusivo com métricas orientadas para os resultados (Conselho da União Europeia, 2021c). Estas prioridades referem-se aos seguintes tópicos:

- Qualidade, equidade, inclusão e sucesso para todos: Metas ambiciosas de acesso são combinadas com indicadores de desempenho, o que, por vezes, pode reforçar as hierarquias institucionais (Conselho da União Europeia, 2021a).
- Aprendizagem ao longo da vida e mobilidade para todos: Iniciativas como a mobilidade mista e as microcredenciais visam alargar a participação, embora o seu sucesso dependa das condições pré-existentes no seio das instituições de ensino superior (Conselho da União Europeia, 2022).
- Competências e motivação na profissão: O desenvolvimento partilhado do pessoal promove a cooperação e melhora a capacidade de atrair talentos (European University Association, 2025).
- Reforçar o ensino superior europeu: As alianças podem servir como referências para o reconhecimento e a garantia da qualidade, bem como para reforçar o posicionamento global (Comissão Europeia, 2020).
- Transições ecológicas e digitais: Novos padrões de referência tendem a favorecer ecossistemas com bons recursos (Comissão Europeia, 2020).

Os objetivos operacionais, como mobilidade, multilinguismo, aprendizagem digital, cooperação transfronteiriça, diplomas conjuntos e reconhecimento, são concebidos para aprofundar as estruturas e os processos institucionais que promovem a colaboração, procurando que as atividades que perseguem estes objetivos venham a fazer parte das rotinas institucionais. Ao mesmo tempo, ao incorporar quadros de referência e de excelência, desempenhos institucionais competitivos (Conselho da União Europeia, 2021b; Comissão Europeia, 2025b) podem ser promovidos.

Considerando as prioridades e os objetivos estabelecidos a nível europeu, importa abordar como é que a coexistência dos paradigmas de cooperação e competição que orientam as políticas de internacionalização no ensino superior. Assim, este artigo apresenta uma revisão narrativa da literatura que se concentra especificamente nas AUE como um mecanismo estratégico para promover a cooperação. Ao examinar os desenvolvimentos, debates e tendências emergentes mais recentes em torno da construção destas Alianças, a revisão narrativa permite apreender como é que na literatura está a ser interpretado o papel das que, visto como um instrumento de competitividade transnacional e de inclusão e capacitação colaborativa no ensino superior.

Esta revisão narrativa da literatura, ao responder a esta questão: Como é que a Iniciativa das AEU influencia a internacionalização das políticas europeias do ensino superior no âmbito dos paradigmas da cooperação e da competição?, fornece uma base para analisar até que ponto as AUE gerem a coexistência dos paradigmas da cooperação visível, por exemplo, na governação partilhada, a inclusão e reforço de capacidades e do paradigma da competição refletido, por exemplo, nos rankings globais e no prestígio, fatores relevantes para a captação de financiamento.

O artigo começa por analisar a cooperação e a competição como paradigmas da internacionalização do ensino superior europeu. Em seguida, explora o desenvolvimento da formação de AUE, destacando as tendências emergentes na internacionalização do ensino superior europeu e identificando orientações para investigação futura.

Paradigmas de cooperação e competição no ensino superior

Na literatura sobre ensino superior, a cooperação e a competição estão profundamente interligadas. Chan (2004) ilustra como as Alianças internacionais de universidades emergem num contexto globalizado, onde as instituições colaboram para aumentar a sua capacidade, ao mesmo tempo que se posicionam de forma competitiva (Chan, 2004). No âmbito da "Internacionalização Responsável", por sua vez, vai mais além, argumentando que a colaboração internacional deve ser reformulada em torno da equidade, sustentabilidade e responsabilidade partilhada, posicionando a cooperação como um corretivo à competição puramente orientada pelo mercado (Stallivieri & Vianna, 2020).

Knight (2024), por sua vez, desloca o foco para as parcerias regionais, demonstrando como a colaboração transfronteiriça é utilizada para reforçar capacidades e alinhar políticas a um nível meso, combinando objetivos de solidariedade com agendas de competitividade (Knight, 2024). Em contraste, Musselin (2018) e Marginson (2004) destacam como a competição a múltiplos níveis, a mercantilização e as hierarquias de status estruturam o nível global do ensino superior, tornando a competição um princípio organizador central para o financiamento, a reputação e os fluxos de estudantes (Marginson, 2004; Musselin, 2018). Por outro lado, McAllister et al. (2024) veem as práticas colaborativas como uma forma de resistência a estas pressões competitivas, destacando como os académicos utilizam a cooperação e a ação coletiva para questionar as lógicas neoliberais e

reimaginar formas de ensino superior mais democráticas e solidárias (McAllister & Brown, 2024). Como descrito no contexto do Brexit, Veiga (2021) distingue vários "propósitos" subjacentes à cooperação na governação do ensino superior europeu, que coexistem e, por vezes, entram em conflito. Quando um dos propósitos é a integração: a cooperação é utilizada para aprofundar o EEES como um projeto político e cultural, alinhando estruturas (ciclos, créditos, garantia de qualidade) e valores (democracia, liberdade académica, dimensão social) (Veiga, 2021). Este propósito posiciona a cooperação como uma ferramenta para construir uma comunidade política, em vez de se limitar a uma harmonização técnico-administrativa. Quando o propósito é instrumental: a cooperação torna-se um meio para aumentar a competitividade global da Europa, atrair talento e posicionar as universidades europeias nos rankings globais e nas economias do conhecimento. Neste contexto, os esquemas cooperativos (por exemplo, graus conjuntos, AEU) são concebidos para servir fins competitivos, criando uma lógica de "cooperação competitiva". Nesta linha, a cooperação, enquanto instrumento de governação, pode servir diferentes propósitos mais instrumentais, incluindo a integração, a competitividade, a resolução de problemas ou a legitimação simbólica da cooperação competitiva.

Assim, a confluência destes propósitos, sublinhar a tensão entre cooperação e competição na condução das políticas de internacionalização do ensino superior europeu. Embora a cooperação promova integração, solidariedade e valores comuns do EEES. A sua instrumentalização para fins de competitividade global pode gerar ambiguidades estratégicas, mostrando que as políticas europeias podem (ou não) equilibrar objetivos de harmonização e posicionamento institucional num terreno complexo e por vezes contraditório. A revisão narrativa da literatura apresentada neste artigo articula-se com a perspectiva híbrida refletida nos elementos que promovem a competição e a cooperação na internacionalização do ensino superior europeu.

Método

A revisão narrativa da literatura baseia-se em documentos de políticas da UE (por exemplo, Estratégia da UE para as Universidades, Resoluções do Conselho), relatórios da OCDE, estratégias de estabelecimento de Alianças e literatura revista por pares publicada entre 2014 e 2025. Utilizando uma abordagem de síntese temática, as fontes foram codificadas com base nas referências-chave sobre cooperação e competição no ensino superior (ver Tabela 2).

Para a construção da Tabela 1, foram analisadas 11 referências principais, incluindo diferentes tipos de fontes para garantir a diversidade e a robustez da análise. Entre estas, destacam-se 3 documentos oficiais da União Europeia (Comissão Europeia, 2023; Comissão Europeia, 2022b; Conselho da União Europeia, 2021c), 1 relatório internacional da OCDE (OCDE, 2025) e 7 artigos académicos publicados entre 2014 e 2025. Esta combinação permitiu integrar evidências normativas e empíricas, articulando políticas europeias, estratégias institucionais e abordagens teóricas sobre cooperação e competição no ensino superior.

Tabela 1.
Dimensões comparativas de cooperação e competição nas QUE.

Dimensão	Cooperação	Competição
Objetivo Estratégico	Objetivos partilhados, benefício mútuo, solidariedade (Comissão Europeia, 2023; Palmowski & Angouri, 2025)	Prestígio, visibilidade global, participação no mercado (Hart & Rodgers, 2024; Maassen et al., 2023)
Linguagem Política	Conselhos conjuntos, tomada de decisão partilhada, governação integrada (Comissão Europeia, 2023; Associação Universitária Europeia, 2021)	Branding estratégico e posicionamento de elite (Hart & Rodgers, 2024; Pinheiro et al., 2023)
Governação	Conselhos conjuntos, tomada de decisão partilhada, governação integrada (Maassen et al., 2023; Associação Universitária Europeia, 2021)	Branding estratégico e posicionamento de elite (Hart & Rodgers, 2024; Pinheiro et al., 2023)
Iniciativas Académicas	Currículos conjuntos, graus europeus, microcredenciais (Comissão Europeia, 2023; Saso et al., 2025)	Diferenciação através de especializações em nichos (Hart & Rodgers, 2024; Pinheiro et al., 2023)
Mobilidade e Acesso	Esquemas de mobilidade inclusiva, formatos mistos (Comissão Europeia, 2023; Palmowski & Angouri, 2025)	Parcerias seletivas e acesso limitado para instituições com poucos recursos (OCDE, 2025; Hart & Rodgers, 2024)
Alocação de Recursos	Infraestruturas partilhadas, recursos conjuntos (Comissão Europeia, 2023; Karvounaraki et al., 2018)	Competição por financiamento do Erasmus+ e Horizonte Europa (Comissão Europeia, 2022b; Conselho da União Europeia, 2021b)
Linguagem Política	Solidariedade, integração, valores europeus (Palmowski & Angouri, 2025; Maassen et al., 2023)	Excelência, liderança, corrida pela inovação (Hart & Rodgers, 2024; Chen et al., 2023)
Impacto na Internacionalização	Participação ampla, integração sistémica (Comissão Europeia, 2023; Palmowski & Angouri, 2025)	Envolvimento global seletivo, estratégias orientadas por rankings (Hart & Rodgers, 2024; Pinheiro et al., 2023)

Fonte: adaptadas de Hart e Rodgers (2024), Muijs e Rumyantseva (2014) e Chen et al. (2023).

Este estudo exclui análises a nível micro sobre as experiências dos estudantes e Alianças transnacionais não europeias, concentrando-se, em vez disso, nas dinâmicas sistémicas e nas políticas. Ao situar as QUE num contexto de governação multinível ao argumento que se produziu anteriormente, incentiva-se a leitura da cooperação e da competição como paradigmas interligados, em vez de mutuamente exclusivos.

A partir do foco e do paradigma abordado, a análise apresentada considera como referentes a governação e os modelos institucionais, bem como a ideia de coopetição refletida na tensão entre cooperação e competição.

Governação e modelos institucionais

As AEU's tornaram-se fundamentais para o avanço da internacionalização do ensino superior e para a definição de políticas no âmbito do EHEA. Em vez de tratar a colaboração transfronteiriça como um resultado secundário, as AEU's integram-na diretamente nas reformas estruturais através de uma abordagem orientada por políticas. Iniciativas como currículos conjuntos, educação multilíngue e esquemas de mobilidade mista são centrais para esses esforços, com o objetivo de estabelecer "campi interuniversitários" que facilitem uma integração académica fluida e aumentem a atratividade da Europa no cenário global (Comissão Europeia, 2022b; Conselho da União Europeia, 2021b).

O relatório da OCDE posiciona as AEU's num panorama político global marcado por regulamentações desalinhadas, financiamento fragmentado e tensões contínuas entre a autonomia institucional e a ação coordenada. Barreiras persistentes — incluindo a inconsistência na garantia de qualidade, padrões de acreditação, leis laborais e a dependência de financiamento baseado em projetos — dificultam a institucionalização a longo prazo e criam disparidades competitivas entre instituições e sistemas. A OCDE recomenda processos de reconhecimento harmonizados, financiamento sustentável de múltiplas fontes e coordenação intergovernamental. Estas recomendações estão alinhadas com as ambições da UE, mas também destacam os desafios estruturais que as Alianças devem enfrentar para equilibrar a internacionalização inclusiva com o posicionamento competitivo (OCDE, 2025; Serviço de Estudos do Parlamento Europeu, 2025).

8

A evolução da internacionalização no ensino superior, desde os programas de mobilidade centrados nos estudantes, docentes, investigadores e técnicos administrativos e de gestão até às estratégias institucionais mais abrangentes, fornecem a base para identificar o papel que as Associação Universitária Europeia (AUE) podem ter na transformação nos modos de governar e gerir as instituições de ensino superior.

Os modelos iniciais focavam-se principalmente em intercâmbios e visitas de curta duração, mas as abordagens preconizadas pelas AUE integram a internacionalização na governação, nos currículos, na investigação e no envolvimento com a sociedade. As AUE procuram operacionalizar uma cooperação de longo prazo, integrada na missão, abrangendo múltiplas dimensões do ensino superior, procurando avançar para uma integração sistémica.

Esta transição representa o culminar de décadas de esforços políticos para institucionalizar a colaboração e fortalecer a competitividade global da Europa, ao mesmo tempo que pretende promover a inclusão e os valores partilhados.

A transformação das instituições de ensino superior dentro das Alianças depende cada vez mais de modelos de governação partilhada. Abordagens como conselhos conjuntos, plataformas digitais partilhadas e a consideração de novas entidades jurídicas parecem emergir no âmbito das AUE.

Estas estratégias refletem a adaptação institucional em contextos de governação complexa, conforme analisado por Frølich e Veiga (2005). As autoras conceptualizam a internacionalização no ensino superior como “um processo de inovação, mudança e adaptação organizacional num ambiente político internacional e multinível” (p. 1). Este processo implica a resposta a ambientes complexos e em constante mudança (nacional, europeu, global), que incluem elementos regulatórios, normativos e cognitivo-culturais (Scott, 1995) e que afetam os objetivos, as estruturas e as tecnologias organizacionais (Scott, 2003; p. 1–2). Assim, a expressão “ambientes políticos complexos” corresponde ao ambiente político multinível, enquanto “inovação organizacional” reflete a conceção da internacionalização vista como inovação e adaptação organizacional. Em tais contextos, as instituições de ensino superior são compelidas a adaptar-se tanto aos quadros regulamentares europeus como aos nacionais. Surge, assim, um desafio significativo: por um lado, a necessidade de cumprir as diversas regulamentações nacionais; por outro, a Iniciativa Europeia incentiva a inovação, que deve ocorrer dentro dos limites das estruturas legais existentes. Esta dinâmica gera uma tensão entre o estímulo à criação de novas formas de cooperação e as restrições impostas por requisitos legais que variam entre os países. De uma forma interessante, a iniciativa de estabelecer estas Alianças ao procurar gerir politicamente esta tensão, reflete a persistência de uma desafio à implementação das políticas de internacionalização do ensino superior europeu, focado na interação entre os níveis nacionais e europeu.

Nesta linha, o debate sobre o estabelecimento de um estatuto jurídico europeu para as AUE, mencionado na European Strategy for Universities (Comissão Europeia, 2022b) e analisado por Hart e Rodgers (2024), destaca esta tensão entre aprofundar a cooperação e manter a autonomia institucional. Por um lado, há um impulso para a harmonização impulsionado por objetivos políticos; por outro, as instituições procuram manter um grau de autonomia. Veiga (2021) argumenta que o futuro da governação colaborativa na Europa depende da reconciliação dos interesses entre “aqueles que querem mais, fazem mais”, tornando a construção de consensos essencial para sustentar a cooperação e a integração diferenciada.

A sustentabilidade é outra preocupação para o futuro das Alianças institucionais. Frølich e Veiga (2005) observaram, a propósito da análise das políticas de internacionalização do ensino superior, que a dependência de financiamento de curto prazo, baseado em projetos, pode levar a esforços de internacionalização fragmentados, enfraquecendo, em última análise, a integração estrutural. Esta questão foi reiterada pela League of European Research Universities (LERU) (Liga das Universidades Europeias de Investigação), que enfatiza a necessidade de fontes de financiamento diversificadas e de longo prazo para apoiar uma colaboração sustentada (Estermann et al., 2021; Lievens, 2024). O desenho de políticas, portanto, é crucial: financiamento previsível de múltiplas fontes, sistemas de reconhecimento interoperáveis, métricas transparentes que valorizem a inclusão e a cooperação, e clareza legal para graus conjuntos e contratação de pessoal são condições fundamentais para uma internacionalização inclusiva, em vez de uma consolidação seletiva de elites (Comissão Europeia, 2022a; OCDE, 2025).

A dimensão competitiva incorporada nos quadros da UE pode fomentar uma competitividade colaborativa, aumentando a capacidade coletiva e a visibilidade das instituições-membros. No entanto, se os instrumentos de excelência e os sistemas de avaliação não forem equilibrados por uma governação inclusiva e um financiamento equitativo, existe o risco de reforçar o fosso entre as instituições de ensino superior. Neste contexto, observa-se que, embora as AEU se esforcem para

fortalecer os seus esforços colaborativos, devem operar num ambiente onde diferentes graus de integração e prioridades nacionais divergentes podem representar desafios aos objetivos europeus partilhados (Veiga, 2021). Como resultado, o caminho para uma cooperação mais profunda orienta as instituições de ensino superior, no âmbito das AUE a gerir a complexidades inerentes aos quadros nacionais legais nacionais e diversificar o financiamento em prol da sua sustentabilidade.

Na tensão entre cooperação e competição: coopetição

A governação partilhada e a partilha de recursos refletem um espírito de solidariedade, no entanto, as AUE operam num mercado global de ensino superior moldado por rankings, mecanismos de financiamento e prestígio. Estratégias de branding e abordagens de financiamento baseadas no desempenho revelam uma orientação voltada para o mercado, introduzindo dinâmicas competitivas ao lado de objetivos cooperativos (Hart & Rodgers, 2024; Maassen et al., 2023).

As AUE operam num ambiente complexo, onde o ensino superior é visto tanto como um bem público quanto como um mercado. Como afirma a Comissão Europeia (2022a, p. 2), “O ensino superior é simultaneamente um bem público e um recurso estratégico para o futuro da Europa. Desempenha um papel fundamental na promoção dos valores democráticos, da inclusão social e do crescimento económico. Ao mesmo tempo, as universidades europeias precisam de reforçar a sua competitividade e visibilidade global.” Embora estas Alianças sejam estabelecidas para promover a cooperação institucional, os mecanismos que sustentam o seu crescimento introduzem incentivos orientados pelo mercado, promovendo visibilidade, prestígio e concentração de recursos. Além disso, “A Comissão irá explorar opções para um possível estatuto jurídico para as Alianças de instituições de ensino superior, de forma a permitir que atuem de forma mais estratégica, facilitem graus conjuntos e partilhem recursos de forma mais eficaz” (Comissão Europeia, 2022a, p. 6). Compreender esta dupla natureza é essencial para analisar como as AEU's influenciam a internacionalização do ensino superior europeu através de uma “lógica de coopetição” (e.g., Klimas et al., 2023).

10

No contexto das políticas de internacionalização que promovem as AEU's, é importante distinguir entre competição (e.g., ações estratégicas para superar os pares) e coopetição (e.g., capacidade de sustentar ou melhorar o desempenho ao longo do tempo). As Alianças ao combinar colaboração e coopetição simultaneamente, podem estar a operar numa perspectiva orientada pela coopetição visível, por exemplo, e estratégias colaborativas: graus conjuntos, infraestruturas partilhadas e mobilidade inclusiva que aumentam a reputação coletiva e em estratégias competitivas: branding de elite, parcerias seletivas, financiamento baseado no desempenho, especialização em nichos e alcance global. Esta ambivalência permite que as Alianças fortaleçam capacidades institucionais enquanto enfrentam pressões de mercado e o fortalecimento das hierarquias globais (Hart & Rodgers, 2024; Chen et al., 2023), ao mesmo tempo que complexifica a coexistência dos paradigmas de cooperação e de coopetição.

Com efeito, orientadas pela coopetição, as AEU's funcionam num contexto global moldado por rankings, economias de prestígio e hierarquias de status. Estratégias de branding estratégico e especialização em nichos interdisciplinares (e.g., EUGLOH – saúde global) servem como mecanismos de diferenciação. Esta interpretação dialoga com os argumentos de Marginson (2004) e Musselin (2018) sobre a mercantilização e as hierarquias de status que caracterizam o ensino superior global, onde a coopetição se torna um princípio organizador central para acesso a financiamento e

reputação institucional. Pesquisas recentes sugerem que, embora as Alianças possam recalibrar normas de colaboração, continuam a operar num ambiente onde o capital simbólico e a visibilidade externa permanecem altamente significativos (Palmowski & Angouri, 2025).

Neste contexto, a coexistência da cooperação e da competição no desenvolvimento das AUE, pode ser descrita como coopetição. Esta estratégia híbrida permite que as instituições trabalhem juntas em direção a objetivos comuns, enquanto competem simultaneamente por recursos, prestígio e influência (Muijs & Romyantseva, 2014; Chen et al., 2023).

De acordo com Muijs e Romyantseva (2014), a coopetição é uma abordagem estratégica que permite às instituições partilhar recursos e perseguir objetivos comuns, mesmo enquanto competem por visibilidade, financiamento e rankings. Chen et al. (2023) expandem este quadro para o contexto educacional, identificando várias tipologias:

- Coopetição de soma zero: Competição por fundos limitados da UE.
- Coopetição por comparação social: Avaliação comparativa de melhores práticas entre Alianças.
- Coopetição não estruturada: Colaborações informais sem alinhamento estratégico claro.

Estas tipologias ajudam a esclarecer como as AUE equilibram a vantagem colaborativa com o posicionamento competitivo num mercado globalizado de ensino superior.

Conforme destacado em estudos comparativos recentes, as AUE operacionalizam tanto a cooperação quanto a competição através de estratégias distintas, mas interligadas.

11

No lado cooperativo, as Alianças estabelecem estruturas de governação partilhada (conselhos conjuntos, órgãos de decisão integrados), desenvolvem currículos conjuntos e graus europeus para promover a integração académica, implementam esquemas de mobilidade inclusiva, como formatos mistos e educação multilíngue, e investem em infraestruturas partilhadas, incluindo plataformas digitais e ecossistemas de investigação.

Simultaneamente, integram estratégias competitivas através de campanhas de branding e visibilidade para atrair talentos e financiamento, modelos de financiamento baseados no desempenho ligados a métricas de excelência, e diferenciação estratégica. Na perspectiva da coopetição, as Alianças parecem colaborar para alcançar uma integração sistémica, enquanto competem por capital simbólico e reconhecimento global.

Considerações finais

A Iniciativa das AEU influenciou a internacionalização das políticas europeias do ensino superior no âmbito dos paradigmas da cooperação e da competição, trazendo a coopetição como um vetor político da internacionalização dos sistemas de ensino superior europeus. De facto, a análise indica que o desenvolvimento das Alianças promove a internacionalização através de uma combinação de estratégias de cooperação e de competição, reconfigurando a governação e as práticas institucionais, através da partilha de recursos.

No âmbito da cooperação, o desenvolvimento das AUE tem permitido, por exemplo, a criação de graus conjuntos, estruturas de governação partilhada, programas de mobilidade inclusiva e iniciativas de Ciência Aberta. Estes esforços promovem a integração das estruturas das instituições de ensino superior, promovendo a integração de programas de estudo e a criação de ambientes de aprendizagem multilíngues e mais inclusivos. Tais iniciativas estão estreitamente alinhadas com os objetivos do EHEA em termos de equidade, conectividade e sustentabilidade (Conselho da União Europeia, 2021c; Comissão Europeia, 2022b). Simultaneamente, as Alianças empregam estratégias competitivas, incluindo branding, métricas de desempenho, financiamento baseado na excelência e alcance global (Hart & Rodgers, 2024; Palmowski & Angouri, 2025). Estas abordagens aumentam o prestígio institucional e atraem tanto talentos quanto recursos, posicionando as Alianças como atores globais significativos e reforçando a competitividade da Europa no panorama internacional da educação.

Os resultados da análise da revisão narrativa da literatura destacam a relevância da perspectiva da coopetição na condução do desenvolvimento e estabelecimento das AUE. As estratégias híbridas que combinam cooperação e competição, desafiando os modelos de internacionalização mais próximos de um dos pólos do *continuum*, demonstram que a integração europeia e o posicionamento global não são mutuamente exclusivos, mas sim interdependentes.

Para compreender melhor como a competição opera dentro das AUE, é útil distinguir entre competição focada nas ações estratégicas destinadas a superar os pares e competitividade orientada pela capacidade de sustentar ou melhorar o desempenho das instituições de ensino superior que compõem a Aliança, ao longo do tempo. Neste contexto, a competitividade colaborativa pode ser alcançada quando graus conjuntos, infraestruturas partilhadas e mobilidade inclusiva aumentam a reputação coletiva das instituições membros. Por outro lado, comportamentos competitivos, como o branding de elite, parcerias seletivas e financiamento baseado no desempenho, podem concentrar vantagens num grupo limitado de instituições, potencialmente reforçando hierarquias existentes (Hart & Rodgers, 2024; Chen et al., 2023). Este desenvolvimento apoia a perspectiva de Chan (2004), segundo a qual as Alianças surgem num ambiente globalizado, onde as instituições colaboram para fortalecer as suas capacidades e manter uma posição competitiva no mercado internacional de ensino superior. Assim, se a internacionalização do ensino superior europeu evoluir para se tornar um processo estrutural e sistémico, intimamente ligado à competitividade global, os efeitos negativos associados a mercantilização da educação podem emergir.

Nestas circunstâncias, as temáticas para pesquisas futuras poder-se-iam focar, por um lado, na análise do contributo das AEU para a internacionalização inclusiva do ensino superior; por outro lado, na investigação dos enquadramentos legais e normativos estabelecidos aos níveis europeu, nacional e institucional, com o objetivo de identificar em que medida se constituem como pilares à integração sustentada, para além dos ciclos de financiamento de curto prazo baseados em candidaturas a projetos. Abordar estas questões é crucial para determinar se as Alianças podem concretizar o seu potencial de transformar o ensino superior europeu num sistema mais interconectado, equitativo e competitivo a nível global.

Em síntese, este estudo evidencia que a internacionalização do ensino superior europeu é estruturada por uma tensão permanente — e produtiva — entre os paradigmas da cooperação e da competição. Longe de se excluírem mutuamente, estes paradigmas coexistem e entrelaçam-se na orientação das

políticas, das estratégias institucionais e dos instrumentos de governação. A cooperação emerge simultaneamente como um princípio normativo, associado a valores de solidariedade, equidade e construção de uma comunidade política europeia, e como um mecanismo instrumental ao serviço da competitividade global, da atração de talento e do posicionamento estratégico das instituições. Por sua vez, a competição mantém-se como um princípio organizador central do campo, moldando hierarquias de status, fluxos de financiamento e mobilidade académica, mesmo quando mediada por formatos colaborativos. Assim, as políticas de internacionalização do ensino superior europeu refletem uma lógica híbrida, em que a cooperação é mobilizada tanto como corretivo às pressões de mercado como como veículo de uma “cooperação competitiva”, revelando a natureza ambivalente e multifacetada da governação contemporânea do ensino superior na Europa.

Referências

- Aliança Universitária Europeia 4EU+. (2024). *4EU+ Strategy 2025–2035*. https://4euplus.eu/4EU-470-version1-4eu_strategy2025_2035_draftdocument_20240924_final.pdf
- Arqus European University Alliance. (2024). *European universities initiative*. <https://arqus-alliance.eu/european-universities-initiative/>
- Brandenburg, U. (2020). Internationalisation in higher education for society—IHES in the times of corona. *Sociální pedagogika / Social Education*, 8(1), 11–24. <https://doi.org/0.7441/soced.2020.08.01.01>
- Chan, W. W. (2004). International cooperation in higher education: Theory and practice. *Journal of Studies in International Education*, 8(1), 32–55. <https://doi.org/10.1177/1028315303254429>
- Chen, M., Lv, C., Wang, X., Li, L., & Yang, P. (2023). A critical review of studies on coopetition in educational settings. *Sustainability*, 15(10), 8370. <https://doi.org/10.3390/su15108370>
- Comissão Europeia. (2017a). *Comunicação: Reforçar a identidade europeia através da educação e da cultura* [Communication: Strengthening European identity through education and culture]. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52017DC0673>
- Comissão Europeia. (2017b). *Pilar Europeu dos Direitos Sociais* [European Pillar of Social Rights]. https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/economy-works-people/european-pillar-social-rights_pt
- Comissão Europeia. (2019). *Iniciativa Universidades Europeias: Construindo o Espaço Europeu da Educação* [European Universities Initiative: Building up the European Education Area]. <https://education.ec.europa.eu>
- Comissão Europeia. (2020). *Plano de Ação para a Educação Digital 2021–2027: Redefinindo a educação e a formação para a era digital* [Digital Education Action Plan 2021–2027: Resetting education and training for the digital age] (COM(2020) 624 final). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX%3A52020DC0624>
- Comissão Europeia. (2022a). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre uma Estratégia Europeia para as Universidades* [Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions on a European strategy for universities]. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=COM:2022:16:FIN>
- Comissão Europeia. (2022b). *Estratégia Europeia para as Universidades* [European Strategy for Universities]. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52022DC0016>

- Comissão Europeia. (2023). *Iniciativa Universidades Europeias – Espaço Europeu da Educação* [European Universities Initiative – European Education Area]. <https://education.ec.europa.eu/education-levels/higher-education/european-universities-initiative>
- Comissão Europeia. (2025a). *Espaço Europeu da Educação e Iniciativa Universidades Europeias* [European Education Area and European Universities Initiative]. <https://education.ec.europa.eu/education-levels/higher-education/european-education-area>
- Comissão Europeia. (2025b). *Iniciativa Universidades Europeias: Cronograma* [European Universities Initiative: Timeline]. <https://education.ec.europa.eu/education-levels/higher-education/european-universities-initiative/timeline>
- Conselho Americano de Educação (ACE). (2020). *Quadro de Internacionalização Abrangente* [Comprehensive Internationalization Framework]. <https://www.acenet.edu/Research-Insights/Pages/Internationalization/CIGE-Model-for-Comprehensive-Internationalization.aspx>
- Conselho da União Europeia. (2017). *Conclusões do Conselho Europeu sobre relações externas, 14 de dezembro de 2017* [European Council conclusions on external relations, 14 December 2017]. <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2017/12/14/european-council-conclusions-external-relations/>
- Conselho da União Europeia. (2018). *Recomendação do Conselho sobre promoção de valores comuns, educação inclusiva e dimensão europeia do ensino* [Council Recommendation on promoting common values, inclusive education, and the European dimension of teaching]. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32018H0607\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32018H0607(01))
- Conselho da União Europeia. (2021a). *Conclusões do Conselho sobre equidade e inclusão na educação e formação para promover o sucesso educativo para todos* [Council conclusions on equity and inclusion in education and training in order to promote educational success for all]. <https://www.consilium.europa.eu/media/49660/st08693-en21-002.pdf>
- Conselho da União Europeia. (2021b). *Conclusões do Conselho sobre a Iniciativa das Universidades Europeias – Ligando ensino superior, investigação, inovação e sociedade: abrindo caminho para uma nova dimensão no ensino superior europeu* [Council conclusions on the European Universities Initiative – Bridging higher education, research, innovation and society]. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=OJ:JOC_2021_221_R_0003
- Conselho da União Europeia. (2021c). *Resolução do Conselho sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia em matéria de educação e formação* [Council Resolution on a strategic framework for European cooperation in education and training]. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=oj:JOC_2021_066_R_0001
- Conselho da União Europeia. (2022). *Recomendação sobre uma abordagem europeia às microcredenciais para aprendizagem ao longo da vida e empregabilidade* [Recommendation on a European approach to micro-credentials for lifelong learning and employability]. <https://education.ec.europa.eu/education-levels/higher-education/micro-credentials>
- Conselho Europeu. (2000). *Conclusões da Presidência: Conselho Europeu de Lisboa, 23–24 de março de 2000* [Presidency Conclusions: Lisbon European Council, 23–24 March 2000]. <https://www.consilium.europa.eu/media/21059/lisbon-european-council-presidency-conclusions.pdf>
- Dagnino, G. B. (2009). Coopetition strategy: A new kind of interfirm dynamics for value creation. In *Coopetition strategy* (pp. 45–63). Routledge.

- De Wit, H., & Altbach, P. G. (2021). Internationalization in higher education: Global trends and recommendations for its future. *Policy Reviews in Higher Education*, 5(1), 28–46. <https://doi.org/10.1080/23322969.2020.1820898>
- Espaço Europeu da Educação (Comissão Europeia). (2025). *Iniciativa Universidades Europeias – resultados e potencial transformador* [European Universities initiative – outcomes and transformational potential]. <https://education.ec.europa.eu/education-levels/higher-education/european-universities-initiative/outcomes-and-potential>
- European University Association. (2025). *Trends in European higher education 2025*. <https://www.eua.eu/resources/publications.html>
- Estermann, T., Bennetot Pruvot, E., & Stoyanova, H. (2021). *The governance models of the European University Alliances*. European University Association. https://www.eua.eu/images/publications/Publication_PDFs/eui_governance_paper_new.pdf
- Fernández Conti, M., & Aguilera Ortega, M. (2024). Responsible internationalisation and excellence metrics: Challenges for European alliances. *European Journal of Higher Education Policy*.
- Frølich, N., & Veiga, A. (2005). Competition, cooperation, consequences and choices: Internationalisation in higher education. In B. Kehm & H. de Wit (Eds.), *Internationalisation in Higher Education: European responses to the global perspective*. EAIE/EAIR.
- Hart, P. F., & Rodgers, W. (2024). Competition, competitiveness, and competitive advantage in higher education institutions: A systematic literature review. *Studies in Higher Education*, 49(11), 2153–2177. <https://doi.org/10.1080/03075079.2023.2293926>
- Hudzik, J. K. (2014). *Comprehensive internationalization: Institutional pathways to success*. Routledge.
- Klimas, P., Ahmadian, A. A., Soltani, M., Shahbazi, M., & Hamidzadeh, A. (2023). Coopetition, where do you come from? Identification, categorization, and configuration of theoretical roots of coopetition. *SAGE Open*, 13(1), 21582440221085003. <https://doi.org/10.1177/21582440221085003>
- Knight, J. (2024). Higher education cooperation at the regional level. *Journal of International Cooperation in Education*, 26(1), 101–115. <https://doi.org/10.1108/JICE-09-2023-0021>
- Lievens, P. (2024). *Maximizing the impact of European Universities alliances*. League of European Research Universities (LERU). https://www.leru.org/files/European-Universities-alliances_LERU-Paper.pdf
- Maassen, P., Pinheiro, R., & Saso, L. (2023). European university alliances: Governance and strategic positioning. *Higher Education Policy*.
- Marginson, S. (2004). Competition and markets in higher education: A ‘glonacal’ analysis. *Policy Futures in Education*, 2(2), 175–244. <https://doi.org/10.2304/pfic.2004.2.2.2>
- McAllister, Á., & Brown, N. (2024). (Auto) ethnographic poetic inquiry. *Qualitative Inquiry*, 30(6), 526–532. <https://doi.org/10.1177/10778004231176278>
- Muijs, D., & Rumyantseva, N. (2014). Coopetição na educação: colaborando num ambiente competitivo [Coopetition in education: Collaborating in a competitive environment]. *Journal of Educational Change*, 15(1), 1–18. <https://doi.org/10.1007/s10833-013-9223-8>
- Musselin, C. (2018). New forms of competition in higher education. *Socio-Economic Review*, 16(3), 657–683. <https://doi.org/10.1093/ser/mwy033>
- OCDE. (2025). *Policies for transnational collaboration in higher education*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/e07d8c0f-en>

- Politécnico de Lisboa. (2025). *U/REKA European University*.
<https://www.ipl.pt/en/international/ureka-european-university>
- Pinheiro, R., Maassen, P., & Saso, L. (2023). European university alliances: Governance and strategic positioning. *Higher Education Policy*. <https://doi.org/10.1007/s11233-024-09133-6>
- Palmowski, J., & Angouri, J. (2025). A paradigm shift in European transnational collaboration? European university alliances as communities of practice. *Globalisation, Societies and Education*, 1–19. <https://doi.org/10.1080/14767724.2025.2524479>
- Scott, W. R. (1995). *Institutions and organizations*. Sage Publications.
- Scott, W. R. (2003). *Organizations: Rational, natural, and open systems* (5ª 5th ed.). Prentice Hall.
- Serviço de Estudos do Parlamento Europeu. (2025). *European Universities Initiative: Opportunities and Challenges*. European Parliamentary Research Service. <https://eprthinktank.eu>
- Saso, L., Costreie, S., Iucu, R., & Carțiș, A. (2025). The innovative role of European Universities Alliances in the European Higher Education Area. *Internationalisation of Higher Education – Policy and Practice*, 2, 23–47. <https://www.unica-network.eu/publications/the-innovative-role-of-european-universities-alliances-in-the-european-higher-education-area/>
- Stallivieri, L., & Vianna, C. T. (2020). *Responsible internationalization: new paradigms for cooperation between higher education institutions*. <https://doi.org/10.20396/riesup.v6i1.8655056>
- Taşçı, G. (2017). Review of the book *Comprehensive Internationalization: Institutional Pathways to Success*, by J. K. Hudzik]. *Research in Educational Administration & Leadership*, 2(1), 140–142. <https://doi.org/10.30828/real/2017.1.8>
- Veiga, A. (2021). The futures of cooperation in European governance: Brexit and the European knowledge policies. *European Journal of Education*, 56(2), 169–181.
<https://doi.org/10.1111/ejed.12445>
- Veiga, A. (2022). Re-approaching Europeanisation: How to know the unknown? In *A Research Agenda for Global Higher Education* (pp. 97–114). Edward Elgar Publishing.
- Veiga, A., & Remião, F. (2025). European higher education: Alternative forms of learning and teaching during and after the COVID-19 pandemic. *Learning and Teaching*, 18(3), 93–122. <https://doi.org/10.3167/latiss.2025.180305>
- Veiga, A., Rosa, M. J., & Amaral, A. (2006). The internationalisation of Portuguese Higher Education: How are higher education institutions facing this new challenge? *Higher Education Management and Policy*, 18(1), 105–120. <https://doi.org/10.1787/hemp-v18-art6-en>

Nota: Este trabalho foi apoiado parcialmente por fundos nacionais, através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP (FCT), através da FCT, I.P., no âmbito do financiamento plurianual atribuído ao CIIIE (projeto com a ref.^a UID/00167/2025).

Sobre as autoras

Amélia Veiga. Professora Associada da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e investigadora no Centro de Investigação e Intervenção em Educação (CIIIE). A sua investigação incide sobre a sociologia da educação, a análise das políticas educativas, a governação, a internacionalização, a garantia da qualidade e a investigação em pedagogias do ensino superior, com especial ênfase na investigação dos conceitos de integração diferenciada no ensino superior, a institucionalização da dimensão europeia na educação e a transposição das políticas para a prática. O seu trabalho explora a forma como estas dinâmicas contribuem para promover a inclusão social, a integração dos estudantes, a inovação no ensino e na investigação e o avanço dos valores democráticos nas instituições de ensino superior.
<https://orcid.org/0000-0002-5220-4019>

Laleh Esteki. Bolseira de doutoramento no Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIEE), da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, desde 2023. É mestre em Ciências da Comunicação, com especialização em Cultura, Património e Ciência. A sua dissertação de mestrado, *Comunicação Intercultural: Expectativas, Ansiedade e Adaptação Sociocultural de Estudantes Internacionais*, analisou os desafios e estratégias de adaptação académica e cultural destes estudantes. Colaborou em diversos projetos de investigação, incluindo SOLVINC (*Solving Intercultural Conflicts with International Students*) e EUniverCities, contribuindo para estudos sobre diálogo intercultural e internacionalização do ensino superior.
<https://orcid.org/0000-0001-9626-0875>